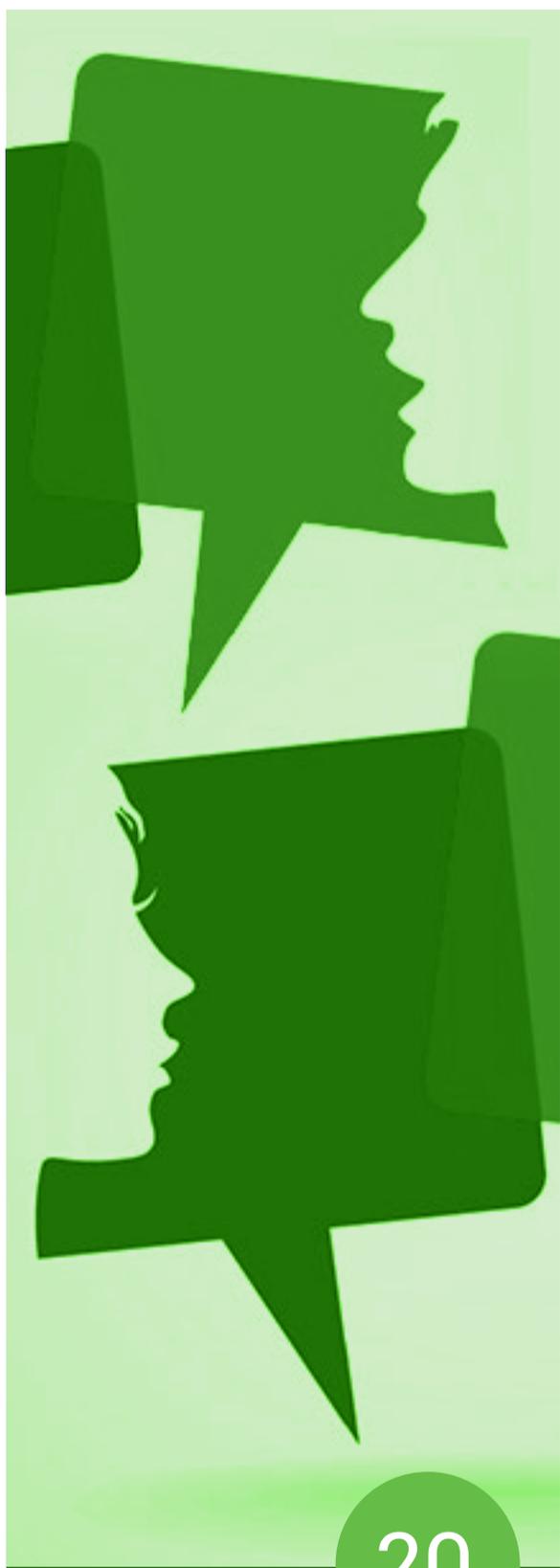




11

STF assegura
prescrição dietoterápica
exclusiva de
nutricionistas



20

Novo
Código de Ética
do Nutricionista
é concluído



26

Nutricionista
assume pela primeira
vez **presidência**
do Consea



SRTVS Qd. 701, Ed. Assis
Chateaubriand, Bloco II,
Sala 301 Brasília-DF
CEP: 70340-906



www.cfn.org.br



cfn@cfn.org.br



(61) 3225.6027

Publicação do Conselho Federal de Nutricionistas. Periodicidade: Semestral.

DIRETORIA DO CFN

Presidente

Élido Bonomo (CRN-9/0230)

Vice-presidente

Albaneide Maria Lima Peixinho (CRN-1/0205)

Secretária

Nina da Costa Correa (CRN-3/0055)

Tesoureira

Sônia Regina Barbosa (CRN-8/0079)

Confira [aqui](#) a relação completa dos conselheiros.

Edição

Socorro Aquino (3956/DF)

Redação

Socorro Aquino (3956/DF)

Rafael Ortega (1846/GO)

Poliana Gomes - Estagiária

Fotos

Arquivo CFN, Shutterstock, Wikipedia CC BY-SA 3.0 - Dominique Michel, CIESP (Jundiaí)

Projeto Gráfico e Diagramação

RBM Comunicação

Revista CFN/Conselho Federal de Nutricionistas – Ano XIV, n. 52
(Julho/Dezembro - 2017) – Brasília: CFN, 2000

v.: il. Color.; 30cm.

Semestral.
ISSN 1982-2057

1. Nutrição. 2. Alimentação. I. Conselho Federal de
Nutricionistas. II. Título

CDU 612.3(05)

As opiniões nos artigos
assinados são de inteira
responsabilidade dos autores,
não refletindo, necessariamente,
o posicionamento do CFN.
Os eventos aqui divulgados são de
inteira responsabilidade
de seus promotores.

SUMÁRIO

4

EDITORIAL

5

CONHEÇA
AS AÇÕES DO
CFN

11

STF REAFIRMA
PAPEL DO
NUTRICIONISTA

12

FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DO
NUTRICIONISTA

14

DESAFIO DO CURSO
DE NUTRIÇÃO DA
UFRN

As ações e articulações realizadas pelo CFN em 2017, tiveram o objetivo de fortalecer o papel da Nutrição na promoção da saúde da população. Outra meta foi a valorização dos nutricionistas e dos técnicos nesse contexto... [+ leia mais...](#)

15

APLICATIVO
NUTRIR CFN

16

PROJETOS DE
INTERESSE NO
CONGRESSO

18

A TÉCNICA LO-RUAMA
FALA SOBRE SEU
TRABALHO

19

CONBRAN
EM ABRIL
DE 2018

20

CÓDIGO DE
ÉTICA
PARTICIPATIVO

21

FISCALIZAÇÃO

Pela primeira vez, desde que a profissão de nutricionista foi regulamentada, há 50 anos, o Código de Ética da categoria é construído de maneira democrática e participativa... [+ leia mais...](#)

23

VENCENDO
BARREIRAS E
PRECONCEITOS

24

NUTRICIONISTA
OCUPA NOVOS
ESPAÇOS

26

CONSEA É
PRESIDIDO POR
NUTRICIONISTA

28

OPINIÃO

29

CRN EM AÇÃO

31

SEMINÁRIOS
REGIONAIS

Elisabetta Recine é a primeira nutricionista a ocupar a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) - órgão de assessoramento da Presidência da República. Conheça seus principais desafios e metas... [+ leia mais...](#)



Um conselho **para o cidadão**

Por **Éldo Bonomo** – Presidente do CFN ✉

Mais um ano se encerra, momento em que apresentamos um balanço das principais realizações e iniciativas que foram possíveis viabilizar. Nós, do CFN, acreditamos que, neste ano, muito do nosso trabalho foi dedicado à garantia de direitos fundamentais do cidadão, que vira e mexe são colocados em xeque. Entre eles, destaco o direito humano à alimentação adequada e saudável; o direito à alimentação no ambiente escolar; o direito à educação superior de qualidade; o direito à saúde pública universal, gratuita e igualitária; o direito à transparência de informações referentes a alimentos transgênicos, ao uso de agrotóxicos e à rotulagem de produtos.

Tudo que fazemos é pelo interesse público, em defesa da sociedade e pela valorização profissional. Por sua vez, nós, cidadãos, devemos cumprir com nossos deveres conforme o chamado "contrato social". Faz parte do jogo democrático. Os conselhos federais de profissões regulamentadas também são agentes nesse processo, que envolve questões políticas, econômicas, culturais e sociais, com incidências em níveis regional e nacional.

Assim, o CFN atuou em relação às proposições inapropriadas que tramitaram em diversas instâncias de poder, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário. Nessa tarefa, em 2017, firmamos parceria com a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável para desenvolver ações pela rotulagem frontal dos alimentos, bem como pela sobretaxação de bebidas açucaradas e contra projetos de lei que violam o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), entre eles o apresentado pela Prefeitura de São Paulo – Alimento para Todos, apelidado de "*farinata*". Iniciativas em benefício da sociedade, para o presente e as futuras gerações.

Vale ressaltar que a defesa inexorável do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma agenda frequente em nossa atuação e os esforços em mantê-lo têm sofrido sérios ataques. No Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), defendemos o direito de os nutricionistas solicitarem exames laboratoriais pelos planos de saúde e, no Supremo Tribunal Federal (STF), lutamos a favor da prescrição dietética como atividade privativa, ao lado da Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN).

Pensando nesse futuro, também nos empenhamos em atualizar instrumentos importantes que regem a nossa atuação a fim de acompanhar as transformações sociopolíticas e tecnológicas. Ao efetivarmos, em consonância com os CRN, a construção de um novo Código de Ética e de Conduta do Nutricionista, convocamos a categoria e os estudantes a atuar num processo democrático e participativo, com o objetivo de atender às necessidades profissionais e de cidadania.

Além disso, algumas resoluções foram revisadas e concluídas. Outras estão em andamento, como as que dispõem sobre as

atribuições do nutricionista; o processo de infração de pessoa física e jurídica; o exercício profissional dos técnicos em Nutrição e Dietética; as funções do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); os registros nos CRN; o acervo técnico das atividades dos profissionais nas empresas para comprovação da atuação; o registro de informações clínicas e administrativas dos pacientes a cargo do nutricionista e o código de processamento disciplinar, que dará melhor organicidade para as ações do Sistema CFN/CRN, tornando os processos mais ágeis e atuais.

Preocupado com a qualidade dos cursos de Nutrição oferecidos em faculdades, centros universitários e universidades, inclusive o ensino a distância, o CFN promoveu o III Encontro Nacional de Formação Profissional, em que os coordenadores das graduações discutiram as diretrizes curriculares e o papel dos docentes nessa trajetória acadêmica. Como fruto desses encontros, estamos delineando ações pelo aprimoramento da educação superior em todo o País.

Chegamos ao final de mais um ano e a quatro meses do encerramento dos trabalhos da atual gestão, que iniciou o seu mandato em 2015. É com muita satisfação que agradecemos o apoio de nutricionistas, técnicos, estudantes, organizações civis e instituições parceiras das propostas que desenvolvemos, sempre com foco na valorização da categoria, na manutenção dos direitos sociais conquistados e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Temos a certeza de que, ampliando a participação social e fortalecendo as entidades de Nutrição, podemos avançar muito mais!

Desejamos muita sabedoria e perseverança para que possamos almejar um Ano Novo mais justo, com mais alegria e melhor de se viver.

Boas festas!

Grande abraço,

Éldo Bonomo

Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas



Publicidade infantil

Em carta enviada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) firmou seu apoio à campanha proposta pela Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB, lançada em 23 de junho de 2017, com o objetivo de colocar em pauta o tema do consumismo na infância e o direcionamento da publicidade para o público infantil no próprio

Conselho Federal da OAB e em outras instituições do universo jurídico. A campanha foi apoiada por mais 22 entidades da sociedade civil, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Alana.



Novo nutricionista

O CFN foi representado pela conselheira federal Nina da Costa Corrêa no IV Evento de Acolhida ao Nutricionista Recém-formado, promovido pelo Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (Sinesp), em 24 de julho de 2017. O evento forneceu subsídios ao profissional para escolher melhor sua área de atuação, e informações para a melhor adequação do seu perfil ao campo de trabalho desejado.

O Sinesp refletiu com os recém-formados formas de direcionar a atuação profissional por meio de palestras esclarecedoras, ministradas por nutricionistas com *expertise* em áreas como ensino e pesquisa (docência, especialização, mestrado, doutorado); hospitalar (dietoterapia oral e enteral, gastronomia, atendimento); prestação de serviços (*fast-food*, *self service*, padarias, bufê, açougues, consultorias); empresarial (consultorias, *catering*, UPR); consultório (clínica, esportes, fitoterapia) e *marketing* (pessoal e empresarial, *coaching*, nutrição comportamental).

Nina Correa orientou os participantes sobre as diferenças, competências e atuação dos conselhos federal e regionais, associações e sindicatos de nutricionistas, bem como sobre a responsabilidade e atuação de cada entidade.



Suplementos alimentares

De 29 a 31 de agosto de 2017, o CFN participou de reunião técnica sobre suplementos alimentares na Gerência Geral de Alimentos (GGALI) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para discutir os requisitos de composição, probióticos e aditivos para a regulamentação de suplementos alimentares. A discussão abordou a lista de ingredientes autorizados; especificações; limites mínimos e máximos; nutrivigilância e probióticos em suplementos alimentares.

Um dos resultados da reunião é que a GGALI discutirá critérios mínimos que deverão ser considerados para as especificações de ingredientes, a fim de conceder parâmetros mais objetivos para a discussão dos impactos da exigência da especificação em suplementos alimentares. Também verificará junto ao Ministério da Saúde os dados de exposição obtidos pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), utilizados para estabelecer os limites e realizar as correções e inconsistências já evidenciadas.

Para os processos de registro ou avaliação de probióticos, que aguardam a análise ou constam como exigência, a GGALI avaliará a forma de tratamento para compatibilizá-los com o processo regulatório e comunicará a todas as empresas sobre a decisão.



Agenda Regulatória da Anvisa

Em 1º de setembro, o CFN participou da reunião da Diretoria de Regulação Sanitária da Anvisa (Direg), que discutiu, dentre outros temas, o processo de construção da Agenda Regulatória 2017-2020 da Anvisa.

No início deste ano, a Anvisa abriu uma consulta pública para coletar sugestões da sociedade para a agenda, e o CFN apresentou as seguintes proposições:

- Regulação e fiscalização de alimentos comercializados nas escolas;
- Designação de nutricionista como responsável técnico pelos serviços de alimentação abrangidos pela RDC nº 216/2004;
- Inclusão do nutricionista na Equipe Multidisciplinar Mínima de Unidades de Terapia Intensiva;
- Identificação de quesitos de avaliação de biossegurança e fiscalização de alimentos transgênicos;
- Regulação da divulgação e da promoção comercial de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional;
- Adequação das normas sanitárias de microempreendedores individuais, empreendimentos familiares rurais e empreendimentos da economia solidária;
- Adequação da rotulagem nutricional de alimentos;
- Adequação do regulamento técnico sobre chupetas, bicos, mamadeiras e protetores de mamilo (RDC nº 221/02) e do Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (RDC nº 222/2002) à Lei 11.265/06 e ao Decreto 8.552/15.

O CFN também sugeriu a inclusão de proposta que trata do Guia de Estudos não Clínicos necessário ao desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos.

A Agenda Regulatória da Anvisa, criada em 2009, é um instrumento de gestão que confere maior transparência, previsibilidade e eficiência para o processo regulatório da Agência.



OUTUBRO ROSA

OS NUTRICIONISTAS TÊM UM
 IMPORTANTE PAPEL NA PREVENÇÃO
 E TRATAMENTO DO CÂNCER AO
 PROMOVER UMA ALIMENTAÇÃO
 ADEQUADA E SAUDÁVEL.

Outubro Rosa

As redes sociais do CFN estão sempre em sintonia com as campanhas em defesa dos direitos humanos. Em outubro, uma campanha marcou a mobilização pela conscientização sobre a prevenção do câncer de mama e incentivou as mulheres a adotarem algumas medidas preventivas, como o autoexame, a prática de atividades físicas e, principalmente, a adoção de uma alimentação e nutrição adequadas. Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) informam que a alimentação e a nutrição adequadas previnem de 3 a 4 milhões de casos novos de câncer a cada ano no mundo.



Aleitamento materno

Nos dias 4 e 5 de outubro de 2017, o CFN participou do VII Seminário de Políticas Públicas em [Aleitamento Materno](#), evento que reuniu, principalmente, os coordenadores da atenção básica e dos projetos voltados para o incentivo ao aleitamento materno. O objetivo foi discutir os benefícios, indicadores, cenários e perspectivas do aleitamento materno, além de trabalhos em grupo para debater as ações para cada região do país.



Em defesa do SUS

O CFN participou, em 19 de outubro, de ato público em frente ao [Supremo Tribunal Federal](#) (STF), data em que seria julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 5.595, acatada pelo ministro Ricardo Lewandowski, em 31 de agosto de 2017, que suspendeu a Emenda Constitucional (EC) nº 86/2015 (artigos 2º e 3º). Essa decisão, mesmo que em caráter liminar, demonstra a preocupação desta Corte Suprema com alguns dos impactos da EC 86/2015, que reduziu a aplicação mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), por meio de dois dispositivos: introduziu o escalonamento progressivo dos percentuais de

aplicação mínima, iniciando com 13,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2016 até atingir 15% da RCL em 2020, e incluiu o rateio dos recursos do Pré-Sal para saúde em um conjunto de receitas que financiam a aplicação federal em saúde, quando a lei original determina que esses recursos sejam uma aplicação adicional ao valor da aplicação mínima em ASPS, nos termos disciplinados originalmente pelo art.4º, da Lei 12.858/2013. O julgamento não aconteceu. O CFN e os movimentos em defesa do SUS aguardam o agendamento de nova data.



Defesa da Saúde Pública

O CFN integrou a campanha deflagrada pela Frente em Defesa do SUS e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), que lançou um [abaixo-assinado](#) online contra a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os investimentos em saúde e educação até 2037. A expectativa é coletar 3 milhões de assinaturas, que serão encaminhadas ao STF em abril de 2018.



Semana da Alimentação

A vice-presidente do CFN, Albaneide Peixinho, participou, em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, da sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que comemorou a data e discutiu a nutrição e a alimentação saudável. No dia 17, Albaneide contribuiu no debate da audiência pública que abordou a mesma temática.

No Estado do Paraná, a Semana Estadual de Nutrição e Alimentação está oficializada, durante a semana do dia 16 de outubro. No período, entidades governamentais e não governamentais promovem ações direcionadas à criança, à educação, à alimentação e à nutrição, com atividades de esclarecimento e conscientização acerca da adequada nutrição infantojuvenil.



Campanha do Sistema

Anualmente, o Sistema CFN/CRN adota a mesma temática da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para comemorar o Dia Mundial da Alimentação. Este ano, o foco foi a migração com o tema *Mudar o futuro da migração: investir em segurança alimentar e desenvolvimento rural*.

O sistema defendeu mudanças para o futuro da migração com investimento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e desenvolvimento rural, baseados em modelos sustentáveis de produção de alimentos. Com isso, é possível promover a SAN, bem como o cuidado com a natureza, e contribuir para a fixação do homem no campo.



Em defesa da educação

O CFN e mais 16 conselhos profissionais presentes na reunião do Fórum Permanente sobre o Ensino Superior na Visão dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas divulgaram, em 21 de novembro, uma nota pública requerendo ao Ministério da Educação várias ações para melhorar a qualidade da educação superior, como a transparência de todas as informações presentes

no Sistema e-MEC, com a íntegra dos processos; o cruzamento de todos os dados em cadastros oficiais do governo para averiguar possíveis indícios de irregularidades nas informações prestadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) sobre o regime de contratação dos docentes; e a manutenção do prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação dos Conselhos Profissionais, presente no § 2º, §3º e §4º do Art. 28º e §1º do art. 29 do Decreto Presidencial nº 5.773 de 2006. O documento também reforçou o incentivo, no âmbito dos Conselhos de Profissões Regulamentadas, à realização de uma campanha nacional de valorização da educação superior presencial e ao estabelecimento de estratégias entre os conselhos a fim de coibir a proliferação indiscriminada de cursos superiores a distância.



Revisão da Pnab

Com a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), promovida pelo CNS, o CFN estudou a proposição vigente e fez várias contrapropostas, defendendo o modelo existente das Equipes de Saúde da Família. No entanto, o governo federal publicou a Portaria nº 2.436, que implementa a Pnab e enfraquece essas equipes.

Dois projetos de decreto legislativo tramitam no Congresso Nacional, um na Câmara dos Deputados (PDL nº 786) e um no Senado Federal (PDL nº 193), solicitando a revogação da Portaria nº 2.436. Diversos parlamentares já manifestaram apoio à causa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, principais prejudicados com as mudanças, além dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A expectativa é que os projetos sigam para votação entre os parlamentares, anulando a portaria.



Contra a "farinata"

O CFN criticou duramente o projeto Alimento para Todos, da Prefeitura de São Paulo, em parceria com a ONG Plataforma Sinergia, sob o pretexto de combater o desperdício de alimentos e a fome no município paulista. A manifestação do conselho foi motivada, especialmente porque a proposta pretendia substituir

o alimento *in natura* e minimamente processado por uma fórmula ultraprocessada, a partir de alimentos que estão em datas críticas de seu vencimento ou fora do padrão de comercialização. Em 24 de outubro, o CFN publicou uma nota convocando a sociedade a se contrapor à proposta do governo paulista, por ferir os princípios da dignidade humana e contrariar todas as políticas públicas de combate à fome e à pobreza que o Brasil acumulou de maneira extremamente exitosa. A prefeitura paulista desistiu do projeto.



Deficiência de iodo

Uma das frentes de atuação do CFN é a Comissão Interinstitucional para Prevenção e Controle dos distúrbios por Deficiência do Iodo do Ministério da Saúde, instituída em 1999, com o objetivo de monitorar a iodação do sal em relação a prevenção e controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo (DDI). Atualmente, o Brasil apresenta menos de 1% de casos por deficiência de iodo.



Saúde é direito humano

A Câmara dos Deputados promoveu o Seminário Saúde como Direito Humano, em setembro de 2017, e o CFN, uma das entidades que participaram do evento, propôs a ampliação do escopo da vigilância sanitária para a fiscalização relacionada à qualidade do alimento, além dos aspectos higiênico-sanitários. A proposta considerou, principalmente, o atual perfil alimentar da população brasileira e as pesquisas que apontam o crescimento da obesidade entre crianças, jovens e adultos.



Práticas integrativas de saúde

A conselheira federal do CFN Sônia Barbosa participou, em 24 de novembro de 2017, da reunião da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde (MS), que discutiu, dentre outros temas, as práticas integrativas e complementares e as estratégias da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o período de 2014-2023.

O tema foi apresentado por Daniel Amado, coordenador Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do MS, que esclareceu que tais práticas são regulamentadas pela Secretaria de Assistência em Saúde do ministério e que não são alternativas, mas, sim, ferramentas utilizadas junto às práticas convencionais. Daniel

destacou que é necessário que os municípios incorporem e implementem a Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC).

Este ano, 9.470 estabelecimentos foram cadastrados e realizam as práticas integrativas. Três mil municípios já aderiram às práticas integrativas, sendo 10% capitais. O Ministério da Saúde ofertou cursos sobre plantas medicinais para feridas e plantas medicinais para 30.000 profissionais e, em breve, lançará o Observatório de Práticas Integrativas.

As próximas ações do MS são: ampliar as PNPIC nos serviços de média e alta complexidade; participar da rede americana de medicinas tradicionais e complementares em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); apoiar as ações internacionais para o desenvolvimento das PNPIC e das ações da OMS.

O Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde/Ministério da Saúde informou que, nos últimos 10 anos, tramitaram 43 projetos de lei no Congresso Nacional criando novas profissões na área de saúde. Os presentes na reunião destacaram ser necessário um amplo debate em cada conselho profissional sobre as PNPIC.



Obesidade nos planos de saúde

O Grupo Multidisciplinar para Enfrentamento da Obesidade na Saúde Suplementar (GMOA/GGRAS/DIPRO/ANS), integrado por diversas entidades, dentre elas o CFN, em sua última reunião, realizada em setembro de 2017, se propôs a desenvolver um projeto de enfrentamento do sobrepeso e da obesidade reunindo diretrizes que apontem para a integração entre procedimentos de prevenção e cuidado da obesidade, considerando sua utilização de forma integrada.

Para melhor desenvolver o projeto, foram criados dois grupos de trabalhos. O CFN integra um deles e tem contribuído para a consolidação das propostas já apresentadas, bem como a inclusão de aspectos gerais e específicos.



Rotulagem Nutricional dos Alimentos

O CFN participou do Seminário sobre Rotulagem Nutricional dos Alimentos, promovido pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa, e reforçou os argumentos favoráveis à rotulagem frontal dos alimentos, tendo como base o perfil nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O conselho também questionou a diretoria da Anvisa se as evidências científicas sobre a eficácia da rotulagem frontal existentes não são suficientes para dar celeridade ao processo, para que o setor da saúde possa fazer frente ao grave problema do sobrepeso e da obesidade que o País enfrenta.



Alimentação escolar

Elaborar proposta de revisão dos parâmetros de oferta e aquisição da alimentação escolar alinhados com o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Modelo do Perfil Nutricional da OPAS. Esse é o objetivo do grupo de trabalho que revisa a Resolução nº 26, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que conta com a participação do CFN. Até o momento, foram realizadas quatro reuniões, que definiram os parâmetros de aquisição e oferta dos alimentos na alimentação escolar. Também foi discutida uma proposta para ser analisada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre os alimentos a serem adquiridos pela alimentação escolar.

STF reafirma que prescrição de dietas é atividade privativa do nutricionista



Representantes dos conselhos, associações, sindicatos e da federação de nutricionistas acompanharam a votação no STF.

A posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STF), em 28 de setembro de 2017, ao julgar improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 803, referendou a importância das atividades privativas dos nutricionistas, expressas na Lei nº 8.234, desde 1991. Por 10 votos a 1, os ministros do STF reconheceram que cabe ao nutricionista exercer atividades como direção, coordenação e supervisão dos cursos de graduação em Nutrição; prestar assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética.

Também é atividade privativa do nutricionista a prestação de assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em consultórios de Nutrição e Dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos. A posição do STF consolida o trabalho desenvolvido por cerca de 123 mil nutricionistas em todo o Brasil e reafirma que esses profissionais estão devidamente habilitados para prescrever dietas.

Reconhecimento - A Suprema Corte reconheceu as habilidades do nutricionista, que trabalha em defesa do direito humano à alimentação adequada e saudável e pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população. Na fundamentação do acórdão, o STF afirmou que a profissão de nutricionista requer conhecimentos técnicos e científicos para o desempenho de suas funções, o que leva a possibilidade de se reservar atividades de forma privativa para a categoria.

Para o Conselho Federal de Nutricionistas, a decisão do tribunal é uma grande vitória para a categoria e também um alerta contra a crescente oferta de dietas sem nenhum embasamento profissional ou científico, disseminada na internet, especialmente nas redes sociais, por blogueiros e leigos de plantão. Demonstra ainda uma preocupação com a saúde das pessoas, afinal, alimentação é assunto sério e as dietas devem ser elaboradas respeitando as especificidades de cada indivíduo. O nutricionista é o profissional de saúde habilitado para contribuir na promoção da alimentação adequada e saudável.

Um olhar para o futuro



O nutricionista bem formado enaltece a categoria com primor ético e qualidade técnica. E o III Encontro Nacional de Formação Profissional (ENFP) foi uma excelente oportunidade para alinhar produção e anseios acadêmicos às novas perspectivas da área de saúde. Aproximou conselhos e corpo docente em prol do aprimoramento da educação superior. A edição deste ano ocorreu em Brasília, nos dias 15 e 16 de setembro, e teve a participação de aproximadamente 90 coordenadores e representantes de cursos de graduação em Nutrição, bem como de conselheiros do Sistema CFN/CRN e autoridades do governo federal.

Palestras e debates discutiram a formação e a práxis do nutricionista. Na pauta, o desafio: a busca por estratégias, planos e ações para a melhoria da formação universitária, com foco nas atuais competências exigidas do egresso e nas capacidades cada vez mais interdisciplinares e multiprofissionais,

sem deixar de lado as habilidades específicas. Na tentativa de entender essa receita, os participantes avaliaram o processo de ensino-aprendizagem nas instituições de educação superior, levando em conta as contribuições de entidades representativas da categoria presentes no encontro.

O III ENFP trouxe ainda oficinas que tiveram a proposta de trabalhar, por meio de dinâmicas pragmáticas, temas relacionados à ética como agente desse novo modelo de formação, bem como fatores que reconfiguram o conhecimento e a pesquisa conforme as necessidades e os aspectos profissionais contemporâneos. Para entender melhor essas transformações, os participantes puderam acompanhar um histórico sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Avaliadores de Cursos de Graduação em Nutrição do CFN e o processo de construção do Novo Código de Ética e Conduta dos Nutricionistas.

Encaminhamentos

- Reafirmar posição contrária à modalidade Ensino a Distância (EaD) para os cursos de graduação da área de saúde, desenvolvendo formas para o seu enfrentamento;
- Promover reflexões sobre as diretrizes de formação curricular;
- Priorizar a formação humanista, social e crítica em harmonia com o conhecimento técnico especializado nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Implementar método de formação por competências;
- Sair do modelo tradicional e buscar ações inovadoras de ensino-aprendizagem;
- Promover espaço de vivência e troca de experiências de diferentes realidades;
- Criar espaços virtuais ou presenciais entre alunos, docentes, conselhos e sindicatos;
- Distinguir a avaliação de cursos feita pelo Inep/MEC daquela realizada pelo CFN;
- Atentar-se para os valores e os princípios do Código de Ética, não somente ao cumprimento dos devidos deveres e obrigações previstos.

Destaques temáticos

- Ampliação de conteúdos interdisciplinares;
- Competências políticas no processo de ensino-aprendizagem;
- Formação para o SUS;
- Ações de inserção dos discentes na comunidade;
- Qualificação, aprimoramento e valorização do trabalho docente.

Para os próximos dez anos...

Está previsto no planejamento estratégico do CFN, a realização de outras edições do Encontro Nacional de Formação Profissional, o que demonstra o compromisso institucional em aprofundar a análise sobre o tema e estreitar relações com as instituições de educação superior do País.



Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul

... Cláudia Gonçalves de Lima

“O encontro proporcionou a troca de diferentes saberes e experiências. A maneira dinâmica como as atividades foram conduzidas permitiu a construção eficaz do conhecimento. As matrizes curriculares das graduações em Nutrição poderiam ser mais discutidas com a finalidade de se estabelecer um padrão para os diversos cursos existentes, respeitando as características regionais de cada um. Os debates contribuíram para verificar a importância de sensibilizar os alunos a se tornarem profissionais mais éticos, humanizados e críticos.”



Centro Universitário Univates, Rio Grande do Sul

... Fernanda Scherer Adami

“Achei todos os temas relevantes, mas a formação por competências e o desenvolvimento de habilidades discentes necessitam ser mais bem aprofundados, pois ainda se percebe uma diferença na caminhada das diferentes instituições. Acredito que o processo ensino-aprendizagem dependa de investimento na preparação pedagógica dos professores, na utilização de metodologias ativas e no aumento da interação ensino, pesquisa e serviço de saúde. Poderíamos sugerir discussões nos CRN sobre essa temática.”



Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso

... Eliana Santini

“O evento tratou de assuntos pertinentes à formação do profissional. As atividades favoreceram discussões frente aos temas contemporâneos, possibilitando interação, troca de experiências e vivências. Ainda há necessidade de se debater mais a respeito da formação por competência, de forma a alinhar uma matriz para os cursos de Nutrição. Parabenizo o CFN pela iniciativa de promover o encontro e pelas propostas levantadas. Com certeza, foi de grande contribuição para o nosso trabalho.”

O nutricionista e a Segurança Alimentar e Nutricional

Michelle C. Medeiros Jacob*

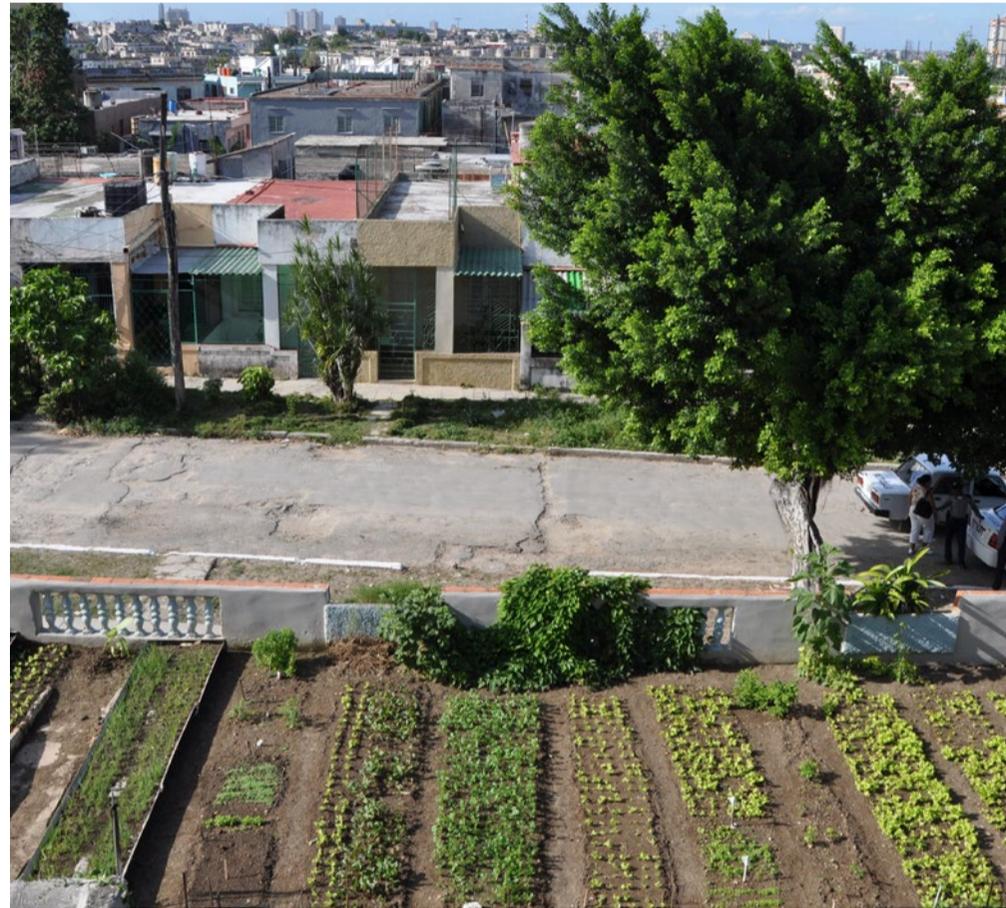
Nos últimos anos, no Brasil, diversas agências governamentais, não governamentais, filantrópicas e ligadas ao setor privado vêm pautando a necessidade de se promover políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que produzam sistemas alimentares sustentáveis. Internacionalmente, evidencia-se o trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) na divulgação desta agenda: em 2014, na II Conferência Internacional de Nutrição; em 2015, por meio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e em 2016, com a Década de Ação para Nutrição.

O nutricionista deve ser capacitado a atuar visando à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), inclusive pela definição do perfil do egresso, estabelecida nas Diretrizes Curriculares e ratificada pelo CFN (Resolução nº 380/2005), indubitavelmente, um dos atores diretamente implicados na tarefa de implementar e promover sistemas alimentares sustentáveis objetivando à SAN.

Esse é um dos grandes desafios não somente para a formação, mas também para a práxis, sobretudo porque a atuação visando à defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) requer compromisso com a abordagem de sistemas alimentares e, sabemos, que a ciência da Nutrição, como muitas outras, fragmenta-se em discursos que desafiam essa aproximação sistêmica.

A fim de contemplar essa pauta global na formação, o curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus central, acrescentou ao currículo o componente *Sistemas Alimentares Sustentáveis para Segurança Alimentar e Nutricional*.

Outras iniciativas vêm sendo implementadas nesse sentido. Uma delas, o projeto NUTRIR: a horta no campus, como um ambiente de aprendizagem para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, que tem entre seus objetivos estimular o uso mais eficiente da terra no espaço urbano, por meio da produção de alimentos de qualidade;



fomentar processos de participação comunitária necessários à construção da democracia alimentar; e valorizar espécies e saberes da sociobiodiversidade brasileira mediante a investigação sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), visando à soberania alimentar.

Esses passos vêm sendo dados não sem resistência natural a todo e qualquer processo de ruptura no campo das ideias. Todavia, outros ainda mais incisivos são necessários. As demandas apresentadas abrem uma oportunidade para o envolvimento científico da Nutrição nos debates políticos sobre o DHAA. É fundamental e urgente que os nutricionistas respondam a esse chamado de interesse coletivo.

**Michelle C. Medeiros Jacob é professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*



CFN aposta na conectividade via app



Em sintonia com as novas tecnologias, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) lançou o aplicativo **CFN Nutrir**, uma ferramenta que leva ao público informações sobre a importância da atuação ética de nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética em benefício da população. Na palma da mão, é possível ter acesso a ações de saúde, nutrição e sobre o papel dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas.

Para o CFN, levar mais informações e conhecimentos para a categoria é uma forma de promover a expansão da educação alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável.

O aplicativo pode ser baixado em celulares somente na versão Android. O objetivo é ampliar a proximidade e a interação dos conselhos com os profissionais e a sociedade. No aplicativo, você pode encontrar os nutricionistas e técnicos que estão aptos a atuar, além de visualizar toda a legislação que norteia o exercício profissional e acompanhar as notícias sobre a nutrição.

Outro importante serviço disponível no *app* é o acesso à biblioteca virtual, que contém inúmeras publicações que podem ser baixadas. Nesse espaço, também está a Revista CFN e outros periódicos.

Conheça o conteúdo do seu conselho profissional de maneira responsiva, via *smartphone* ou *tablet*, num piscar de olhos, estampado na tela.

O que nos interessa no Legislativo?

O CFN está de olho no que acontece na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O trabalho desenvolvido pela assessoria parlamentar do conselho nessas duas Casas é fundamental para garantir o pleito da categoria. É lá que são discutidos e aprovados os projetos de lei e as grandes reformas governamentais que o País precisa. O número de propostas apresentadas não é pouco, nem é tarefa fácil acompanhar o que ocorre nos bastidores do poder. Nesse caso, o lobby ético e transparente junto a políticos e seu grupo de apoio é ferramenta importante na tentativa de assegurar direitos e interesses em qualquer processo legislativo, até a sua apreciação.

Uma atuação político-institucional eficaz parte de uma boa base de dados. O último levantamento realizado pelo CFN identificou a tramitação de 3.178 projetos de lei no Congresso Nacional – 2.896 na Câmara e 282 no Senado. Essas propostas estão relacionadas aos seguintes títulos: alimentação; nutrição; transgênico; organismo geneticamente modificado; segurança alimentar e nutricional; nutricionista; direito humano à alimentação. Após a filtragem da assessoria, a pesquisa passou por uma avaliação mais apurada, que identificou 491 projetos de interesse direto do conselho. O objetivo é defender a sociedade e a categoria.

Em pauta na Câmara

PL 1755/2007

Dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica.

PL 2079/2011

Regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Gastronomia.

PL 5056/2013

Dispõe sobre a profissão de técnico de Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências.

PL 5486/2013

Regulamenta a profissão de cientista de alimentos.

[Portal da Câmara](#)

Em “Atividade Legislativa”, “projetos de lei e outras proposições”

Em pauta no Senado

PLS 249/2006

Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho do nutricionista.

PLS 126/2014

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer princípios e diretrizes da rotulagem nutricional obrigatória.

PLS 581/2015

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para tornar obrigatória, nos rótulos das embalagens dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal comercializados no País, a informação ao consumidor sobre a presença de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta ou indireta ao longo da respectiva cadeia produtiva. (Apensado ao PLS 126/2014).

PLS 9/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem textos de advertência sobre o malefício do seu consumo abusivo, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

[Portal do Senado](#)

Em “Atividade Legislativa”, Pesquisa de Matérias”



CFN no parlamento

O papel da assessoria parlamentar é acompanhar, intervir, apresentar projetos legislativos e propor alterações em propostas que tramitam nas Casas. Mantém reuniões com deputados, senadores, autores e relatores de projetos, além de promover articulações político-institucionais com as assessorias parlamentares dos conselhos federais para que as iniciativas junto ao Legislativo atendam às demandas da sociedade e dos profissionais da área de Saúde.

Convocatória

Contamos com a colaboração da categoria e das nossas entidades representativas para que mantenham contato com os deputados federais e senadores do seu estado, da sua região. Vamos construir localmente uma rede de apoio parlamentar que defenda as nossas posições, fortalecendo as nossas bases políticas em nível nacional, na Câmara e no Senado. Juntos somos mais fortes!



Nutricionistas e técnicos!

Atualizem seus endereços junto ao Conselho Regional de Nutricionistas da sua jurisdição



Técnicos em Nutrição e Dietética atuam em benefício da boa alimentação



O Técnico em Nutrição e Dietética (TND) é um profissional de saúde que desenvolve ações para o bem-estar do indivíduo e da coletividade, em parceria com o nutricionista, que supervisiona as suas atividades.

A técnica em Nutrição Lo-Ruama Mendes dos Reis Santos, 26 anos, atua no Núcleo de Nutrição e Dietética (NND) do Hospital Regional do Gama, distante a 39 quilômetros de Brasília, e avalia que a parceria com o nutricionista é importante, especialmente porque as atribuições de cada um são respeitadas. "Temos um mesmo objetivo: promover uma alimentação saudável e balanceada no período em que o paciente fica hospitalizado. Para mantermos uma relação positiva entre nutricionistas e técnicos, precisamos estar sempre dispostos a aprender um com o outro e a respeitar as diferenças, tendo em mente o código de ética de ambas as profissões, considerando sempre o

bem-estar do paciente em primeiro lugar", acrescenta.

No Sistema CFN/CRN, as atribuições do técnico estão regulamentadas pela [Resolução nº 227](#) do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), aprovada em 24 de outubro de 1999, e complementada pela [Resolução nº 312](#), de 28 de julho de 2003. O CFN também publicou o Código de Ética que dispõe sobre os direitos e deveres desse profissional ([Resolução nº 333](#), de 3 de fevereiro de 2004).

Lo-Ruama exerce a função de técnica, sob a supervisão de nutricionistas, geralmente na área de Nutrição Clínica, solicitando dietas e suplementação alimentar. "Fico observando as orientações das nutricionistas sobre patologias e preferências dos pacientes, conferindo o que foi solicitado na cozinha e acompanhando a distribuição das refeições. Às vezes atuo na produção, observando se as boas práticas de higiene e manipulação de alimentos estão sendo aplicadas", diz.

No segundo trimestre de 2017, o CFN registrou mais de 17 mil técnicos inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN) em todo o Brasil. Em 2016, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (SisTec/MEC) registrou mais de 500 cursos de Técnico em Nutrição e Dietética. "Fui bolsista do Programa Escolas Técnicas do governo do Distrito Federal (Protec/GDF), no curso Técnico em Nutrição e Dietética do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Essa bolsa era concedida aos alunos da rede pública que possuíam boas notas em português e matemática. Dessa forma, realizei o curso técnico paralelamente ao 2º e 3º ano do ensino médio", afirma Lo-Ruama.



Vem aí o maior Congresso de Nutrição

Depois de 20 anos, o Congresso Brasileiro de Nutrição (Conbran), que está na sua 25ª edição, volta a ser sediado em Brasília, em 2018. O tema do evento *Comida: relações de afeto, tradições e direitos* pretende promover discussões de caráter técnico-científico, político e cultural acerca da alimentação adequada e saudável como um direito de todos. O Conbran será realizado de 18 a 21 de abril, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.



A [programação científica](#) apresenta sete áreas temáticas: Alimentação Coletiva; Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes; Saúde Coletiva; Tecnologia de Alimentos; Formação Profissional; Nutrição em Fitoterapia; Nutrição em Estética; e Nutrição e Empreendedorismo. Além de atividades paralelas, o evento contará com a tenda Josué de Castro, que homenageia um dos precursores do debate sobre a fome e a segurança alimentar e nutricional brasileiras.

Outro foco do XXV Congresso Brasileiro de Nutrição é abordar o alimento como um resgate da identidade, memórias e culturas alimentares, atualmente desafiadas em função de uma sociedade exposta ao apelo do consumo de produtos industrializados.

O evento é voltado para nutricionistas, técnicos, acadêmicos e pesquisadores da área de Nutrição e Saúde. O maior congresso de Nutrição da Ibero-América é uma realização da Associação Brasileira de Nutrição (Asbran) e da Associação de Nutrição do DF (ANDF). As inscrições estão abertas e podem ser realizadas pelo site do [Conbran](#). O pagamento pode ser parcelado em até seis vezes (6x), e ainda garante

descontos para sócios da Asbran e associações de Nutrição de todo o Brasil. Ainda nesse site, é possível conhecer a programação completa do congresso.

O CFN no Conbran

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) terá um estande no Conbran, onde realizará um jogo (*quiz*) com perguntas sobre ética profissional e normas que regulamentam a profissão de nutricionista e técnico em Nutrição e Dietética. Nesse espaço, o CFN também reunirá representantes dos dez Conselhos Regionais de Nutricionistas para o esclarecimento de dúvidas.

Premiação – O conselho lançou, em dezembro, o edital com as normas do I Concurso Nacional de Vídeos do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (CFN/CRN), com o tema “Comida: Relações de afeto, tradições e direitos”. Os vencedores receberão passagens aéreas e inscrição para participar do XXV Conbran. Participe! As inscrições e envio do vídeo vão até dia 14 de janeiro de 2018. O edital já está no site www.cfn.org.br.

Novo código de ética do nutricionista será lançado no XXV Conbran

Em nosso dia a dia, convivemos com normas e regras pré-estabelecidas. Algumas agradam, algumas destoam de nossas concepções, crenças e princípios, mas outras nos permitem fazer escolhas conscientes para compreendermos nosso papel na sociedade.

Em diversas categorias de profissionais, normas de ética e conduta estabelecem como as habilidades devem ser desenvolvidas, garantindo direitos, orientando deveres e apontando os limites de atuação. Quando o trabalho desses profissionais beneficia direta ou indiretamente as pessoas, a responsabilidade é ainda maior.

Os nutricionistas são profissionais de saúde que contribuem para a promoção da alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional, visando o bem-estar e a saúde da população.

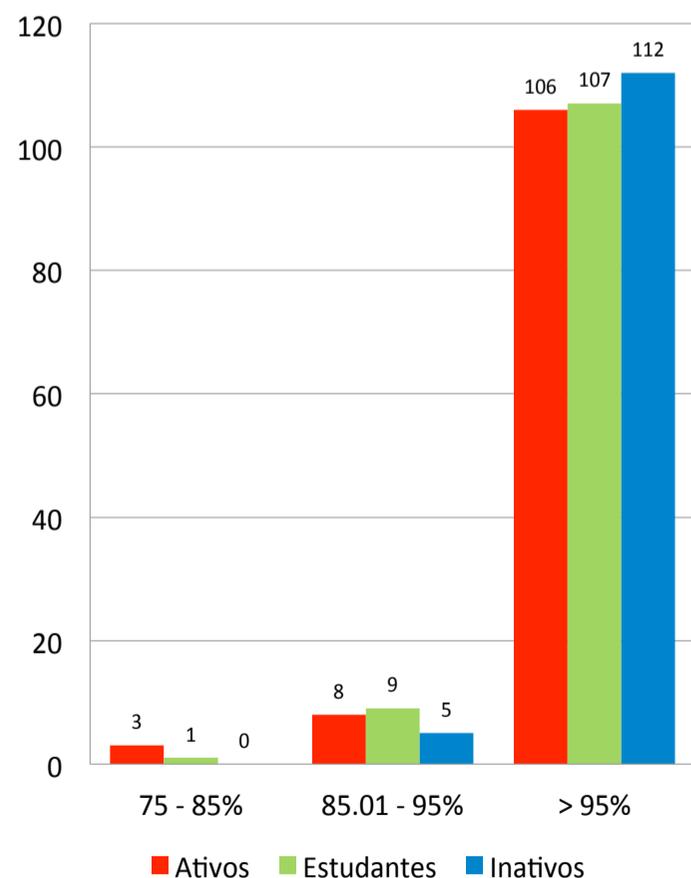
Desafios – Como a sociedade e a Nutrição passam por constantes mudanças, o atual Código de Ética do Nutricionista, publicado em 2004, foi reavaliado para estar mais alinhado às necessidades e aos desafios do contexto contemporâneo. Para conduzir este processo, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) criou a Comissão Especial de Construção do Novo Código de Ética (Cecet), que em 2014 iniciou um processo amplo e democrático de escuta e construção coletiva com a categoria. Foram realizados diversos encontros presenciais por todo o Brasil e pesquisas online, que contaram com a participação de milhares de nutricionistas e estudantes de Nutrição, que pela primeira vez participaram da construção desse importante documento. As Cecet do Sistema CFN/CRN tiveram a função de criar espaços para os diálogos e de sistematizar as contribuições compartilhadas pelos participantes. Esse processo culminou com a abertura de uma Consulta Pública, que ficou disponível por 70 dias, para que nutricionistas ativos

e inativos e grupos de estudantes pudessem validar ou sugerir alterações na proposta apresentada.

Lançamento – De agosto a setembro de 2017, foi realizada uma análise qualitativa das contribuições apresentadas. A proposta do novo código foi discutida pelo Plenário do CFN, em outubro, e pactuada com os dez Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), em reunião realizada em dezembro. O novo Código de Ética e Conduta dos Nutricionistas será oficialmente lançado durante o XXV Congresso Brasileiro de Nutrição, a ser realizado de 18 a 21 de abril, em Brasília. Não perca essa oportunidade!

Concordância com artigos e incisos, conforme grupos de participantes.

Consulta Pública. Código de Ética e de Conduta.CECEt/CFN, 2017.



Conselhos promovem atualização técnica de fiscais



Os conselheiros do CFN, Élcio Bonomo e Nina Correa, abriram os trabalhos da V Jornada. À direita, as conselheiras Sandra Regina e Nelcy Ferreira, coordenam um dos grupos de trabalho.

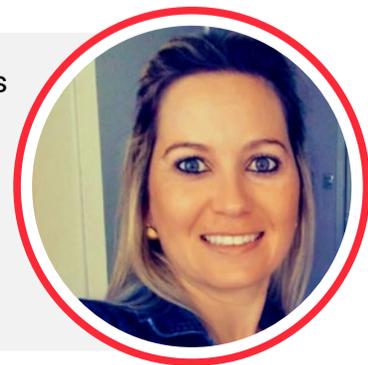
A V Jornada de Atualização Técnica de Fiscais do Sistema CFN/CRN foi realizada de 22 a 24 de novembro de 2017, em São Paulo. O evento teve como objetivo integrar e atualizar os nutricionistas que atuam como fiscais nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), trazendo reflexões e discussões de ações com a perspectiva de valorizar e fortalecer a categoria.

Esses profissionais ingressaram nos CRN por meio de concurso público e têm como função fiscalizar e orientar o exercício profissional, bem como outras atividades relacionadas à alimentação e nutrição na jurisdição do CRN; colaborar com o coordenador do setor de fiscalização na elaboração dos cronogramas das atividades; acompanhar e executar as normas reguladoras e regulamentares do Sistema CFN/CRN, mantendo-se sempre atualizado; executar expedientes, decisões e despachos do Plenário, da Diretoria, da Comissão de Fiscalização e do coordenador do setor de fiscalização; elaborar os próprios relatórios de atividades, além de participar da elaboração dos relatórios trimestrais e anuais de atividades de fiscalização do CRN; colaborar com o setor de fiscalização na análise de processos relativos a pessoas físicas e jurídicas, com vistas à verificação de dados técnicos de interesse da fiscalização.

Cerca de cem pessoas participaram do evento formatado em debates, palestras e atividades em grupo. ***“Assim como em outras áreas de atuação profissional, as dificuldades se revelam no dia a dia da fiscalização. Também tenho ciência que o processo de capacitação é longo e contínuo. A jornada cumpre o seu papel, considerando a percepção de conquistas e melhorias expressivas para o setor”***, relatou a fiscal do CRN-3, Analícia Belli Duarte.



Os temas abordados nas discussões tiveram relação com as áreas de atuação dos nutricionistas, e nortearam o trabalho dos fiscais, preparando-os para uma melhor abordagem nas visitas técnicas, com o propósito de apoiar o atendimento a denúncias e o cumprimento de diligências. ***“A ocasião possibilitou uniformizar informações com os demais CRN e aperfeiçoar o contato com o inscrito”***, afirmou a nutricionista fiscal do CRN-2, Gisele Pigatto Librelotto.



Fiscalizar é inerente aos conselhos

Imagine só: atender a denúncias de pessoas físicas e jurídicas, cumprir diligências, realizar visitas técnicas de rotina a estabelecimentos públicos, comerciais, indústrias, clínicas, hospitais... Topa encarar o desafio? Essas são apenas algumas funções de um fiscal representante de conselho. Hoje, a nutricionista Jeanini Zamboni é coordenadora do setor de Fiscalização do CRN-10. Em seus exatos 21 anos de experiência nessa área, já vistoriou diversas empresas e, sempre com roteiro técnico em mãos, autuou muita gente por aí. Tudo em nome da lei, das normas vigentes, do bem comum.



Jeanini Zamboni, nutricionista e fiscal do CRN-10.

Jeanini é uma das agentes de fiscalização mais experientes do Sistema CFN/CRN. “No começo, éramos duas fiscais contratadas para atuar em todo o estado de Santa Catarina, sem qualquer modelo de fiscalização, em que tínhamos que partir praticamente do zero. Traçávamos estratégias sem unificação de ações em nível nacional”, lembra. Com o tempo, a padronização das condutas fiscais passou a ser indispensável. Em 2005, foi implantada a Política Nacional de Fiscalização (PNF), fazendo que iniciativas nesse sentido ganhassem mais força. Nesse mesmo ano, também foi criada a Resolução 380, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista, as suas atribuições e estabelece parâmetros numéricos de referência para cada uma delas.

Vem aqui, CRN!

Além das denúncias, diligências e visitas técnicas, o setor de Fiscalização também recebe demandas de instituições que solicitam a apuração de fatos relacionados à segurança alimentar e nutricional. Os pedidos vêm, por exemplo, do Ministério Público, dos departamentos de vigilância sanitária de estados e municípios, das câmaras de vereadores e das assembleias legislativas. Em todos os casos, o objetivo é proteger a sociedade do exercício profissional irregular. O trabalho tem caráter orientador, evitando situações de embate em busca do entendimento entre as partes litigantes. “Se for preciso, utilizamos o poder de polícia, que nos é garantido, e a ‘fé pública’, que é inerente ao fiscal”, ressalta Jeanini.

Como funciona?

Antes de qualquer coisa, os conselhos federais e regionais servem para fiscalizar o exercício das profissões legalmente regulamentadas. No Sistema CFN/CRN, essa competência é necessária para garantir o direito humano à alimentação adequada, bem como uma prática pautada na ética, comprometida com a segurança alimentar e nutricional, em benefício da sociedade. A fiscalização está atrelada a atos normativos destinados a orientar e disciplinar o exercício profissional. Cabe ao CFN supervisioná-la em todo o País. Cabe aos CRN atuar, in loco, em suas jurisdições conforme o disposto em leis, regulamentos, regimentos, resoluções e normas baixadas pelo Federal.

Dona Luísa: orgulho da Nutrição!

É com enorme satisfação que a categoria recebe a sua mais nova profissional: Luísa Valencic Ficara, 87 anos, imigrante italiana que, neste ano, teve a oportunidade de conquistar o seu tão sonhado diploma de graduação. Conhecida como dona Luísa entre os colegas de turma, foi aplaudida de pé durante a cerimônia de colação de grau. Da mesma forma, o CFN rende homenagens a esse exemplo de atitude, dedicação e perseverança. Uma fonte de inspiração para quem acredita – ou, infelizmente, deixou de acreditar – na educação como único caminho para a conquista de ideais pelos seus próprios méritos.



Aluna do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), em Jundiaí/SP, Luísa teve o prazer de concluir o seu curso na mesma cidade onde vive há 40 anos. Até se tornar bacharelada em Nutrição, foram seis anos de muito estudo. Para ela, os dois primeiros semestres foram os mais difíceis. Teve até de refazer algumas disciplinas, mas nada que pudesse atrapalhar a busca pela realização de um antigo sonho. Essa trajetória é ainda mais marcante porque Luísa escreveu à mão todo o seu trabalho de conclusão de curso (TCC). O tema foi sobre a história da cana-de-açúcar no Brasil.

E o povo fez um mutirão para ajudar dona Luísa. Felizmente, ela teve o auxílio de funcionários da faculdade e colegas de turma para digitá-lo. Eles também ajudaram na configuração e impressão do projeto antes que fosse defendido frente à banca examinadora. De vários modos e em momentos pontuais, cada um, de maneira altruísta, deu apoio necessário a ela, que nunca viu barreiras para se ter uma graduação superior na terceira idade.

TCC – A proposta era construir um memorial da história de dona Luísa. O objetivo, compilar as principais características do consumo e da produção de açúcar, expressando o olhar de uma estrangeira, somado às experiências vividas em um contexto marcado pelas intempéries da Segunda Guerra Mundial. Leituras e resenhas foram feitas semana a semana.

“*A experiência de orientá-la demonstrou que para educar é preciso aprender. Cada nova situação é um novo aprendizado e quem mais saiu ganhando, na minha percepção, é o educador que se abre para entender o seu educando.*”
Valéria Campos, professora do curso de Nutrição e orientadora do TCC

Haja fôlego! – E toda superbém disposta, dona Luísa já quer fazer pós-graduação. Pensa em se especializar em doenças crônicas. Enquanto isso, segue escrevendo poemas e frequentando aulas de alemão, inglês e francês. “Muita gente com a minha idade passa a maior parte do tempo dormindo. Só vou parar quando for a hora. Tenho muito para estudar e aprender ainda”, conclui.

História de vida – Dona Luísa nasceu na Itália e, durante a guerra, veio para a América do Sul. Antes de se instalar em Jundiaí, onde vive há 40 anos, residiu em outros três países sul-americanos.

Mais integração entre nutrição e agroecologia

Agora temos uma nutricionista na diretoria da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). É Islandia Bezerra, pós-doutora em Ciências Sociais e professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesta entrevista, ela fala sobre a sua atuação frente a esse novo desafio e em que o profissional da área pode contribuir no planejamento e na execução desse trabalho. Nos próximos dois anos, a diretoria da ABA deve organizar o XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, além de encontros regionais em todo o País, garantindo a ampliação do debate e do conhecimento científico sobre agroecologia em nível nacional e estadual.



À direita, a nutricionista Islandia Bezerra numa plantação agroecológica.

CFN - O que significa essa conquista para a categoria? E para você?

Islandia - É superimportante ressaltar que essa conquista, embora personalizada na minha atuação como professora, pesquisadora e ativista, representa um avanço especialmente para as nutricionistas que, há tempo, vêm travando uma luta histórica pela alimentação e nutrição adequada em instituições, universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais, pautando a agroecologia como caminho a ser trilhado. É o reconhecimento de que a ciência da Nutrição é uma forte aliada nas estratégias de enfrentamento ao modelo de produção e consumo que expropriam os povos e violam os seus direitos. A partir de 2018, o debate sobre a produção e o consumo de alimentos agroecológicos será mais amplo, contemplando não só a questão do acesso e da saúde do corpo, mas também do meio ambiente e das relações culturais, que merecem ser enaltecidas. Particularmente, essa conquista é o reconhecimento tanto pelo trabalho executado como pelo meu engajamento pessoal e político com o tema.

CFN - Há pretensão de mudar alguma coisa quanto ao gerenciamento institucional, de trabalho e representatividade?

Islandia - A princípio, seguiremos o estatuto da ABA-Agroecologia e continuaremos os trabalhos iniciados pelas gestões anteriores sobre o avanço da construção do conhecimento agroecológico de forma participativa e com representatividade de gênero, gerações e regiões.

CFN - O que a nova diretoria pretende alcançar?

Islandia - Um desafio para a nova gestão é a necessidade de fortalecer diálogos com as diferentes instâncias e coletivos – manifestações sociais, organizações sindicais e associativas, comissões técnicas nacionais, regionais e estaduais que tratam especificamente da construção e implementação de políticas públicas. A agroecologia corre o risco de passar por importantes processos de cooptação que podem confundir a sociedade. Para evitar isso, precisamos fortalecer as suas dimensões como ciência, prática e movimento. Queremos alcançar uma comunicação mais intensa com os membros da associação e a sociedade para que compreendam claramente que o agronegócio – e tudo que ele representa –, bem

como o uso intensivo de agrotóxico, faz mal à saúde e ao meio ambiente. Fazer que as pessoas entendam que comer é um ato político e envolve aspectos econômicos, ambientais e socioculturais. Desejamos ainda envolvê-las nos debates que ameaçam a construção da agroecologia, como por exemplo, a falta de democracia e reforma agrária.

CFN - Como buscar mais participação e engajamento dos atores envolvidos com a questão da agroecologia?

Islandia - Uma meta importante é aprimorar os nossos meios de comunicação virtual com o recém-criado GT Comunicação e Cultura. Outra iniciativa é a criação do GT Saúde. Nessa perspectiva, a nutrição, especialmente considerando a sua capacidade de intervir de maneira positiva nas práticas alimentares, pode trazer subsídios importantes ao debate e contribuir para a transformação de hábitos alimentares. Mas é preciso ter clareza de que tais processos não são simples nem mesmo tão rápidos. A agroecologia precisa ser entendida como ciência, prática e movimento que vão além da produção de alimentos e reverberam no consumo e no perfil epidemiológico das populações. Estudos confirmam que o atual padrão é insustentável para o meio ambiente. Quanto à saúde da população, são bastantes as pesquisas que demonstram relação direta com o uso intensivo de agrotóxicos. O Brasil segue como campeão mundial e estatísticas apontam o surgimento de vários tipos de cânceres, distúrbios mentais, elevados índices de suicídios e doenças relacionadas à alimentação, como alergias e intolerâncias.



CFN - Do que depende o fortalecimento do protagonismo agroecológico nas atuais propostas de governo?

Islandia - Do restabelecimento da democracia. A agroecologia depende do ambiente democrático para que as ideias possam ser debatidas com respeito e de forma plural. Estudantes, professores, pesquisadores sofrem desrespeitos e agressões por aqueles que defendem um modelo de agricultura hegemônico, consideram os alimentos simplesmente como mercadorias, pensam que veneno não é prejudicial à natureza e que os povos não têm direito aos recursos dela provenientes. Seguiremos com o fortalecimento das relações que construímos nos últimos anos e, independentemente do atual cenário político, vamos considerar a agroecologia não apenas como uma estratégia de enfrentamento ao modelo dominante de produção e consumo, mas pelo que representa aos nossos projetos de um futuro com mais equidade e justiça.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA)

- Avaliar o tema em suas dimensões econômica, social, ecológica, cultural, política e ética;
- Organizar reuniões e congressos para debate e apresentação de trabalhos;
- Editar e divulgar novos estudos;
- Defender a agrobiodiversidade, o solo e a água;
- Assessorar entidades sobre o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis;
- Manter fórum permanente de ensino em agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional;
- Despertar o interesse do público sobre o tema.

Primeira nutricionista na presidência do Consea

Como autarquia responsável por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, é fundamental que o CFN acompanhe o planejamento, as ações e o cumprimento de propostas e metas que, direta ou indiretamente, trabalham o aprimoramento das políticas públicas de alimentação e nutrição. Por isso, o Conselho Federal de Nutricionistas apoia as iniciativas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) – órgão de assessoramento da Presidência da República –, relacionadas a agenda, posicionamentos e interesses institucionais comuns.

Consolidar o Consea como espaço democrático do Estado brasileiro, dando voz a organizações e movimentos que representam os diferentes setores da sociedade, é um dos pontos que a pesquisadora Elisabetta Recine, primeira nutricionista como presidente do Consea, pretende estimular frente à gestão do órgão, com mandato que vai até meados de 2019. O que ela pensa sobre esse importante papel? Quais os desafios e os objetivos nessa caminhada? Confira!

Atuação no Consea

Quanto à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é importante destacar que já tivemos e temos nutricionistas na presidência de vários conselhos estaduais e municipais. Isso significa que o profissional vem se apropriando e contribuindo, de maneira crescente, para a garantia e conquista da alimentação adequada e saudável, ampliando a sua atuação a fim de promover, defender e garantir esse direito, com destaque para as áreas de saúde, desenvolvimento social, agricultura e educação.

Isso permite que o nutricionista tenha maior incidência no processo de definição de políticas públicas, o que vem ocorrendo de forma muito clara. Ainda mostra os passos dados por um conjunto de setores no sentido de articular a agenda e a compreensão sobre SAN como campo comum, complexo e com muitas dimensões, com diferentes temas e experiências. Independentemente das especificidades profissionais, é essencial perceber as dimensões e contribuições que as áreas do conhecimento e da prática podem e devem oferecer. Mas também podemos pensar que a escolha de uma nutricionista para estar à frente do Consea ilustra o amadurecimento do processo e uma maior compreensão do papel da dimensão nutricional nessa agenda.





Desafios e objetivos

- *Manter o acompanhamento das políticas públicas já implementadas, responsáveis pelos resultados extremamente positivos ao panorama da alimentação e nutrição no Brasil;*
- *Monitorar a destinação e aplicação de orçamento, processos institucionais e equipes adequadas para a execução e implementação de programas e ações, assim como a implementação do segundo o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan);*
- *Refletir sobre os resultados e os aspectos que precisam ser aprimorados para ampliar essas políticas, buscando a efetivação do direito humano à alimentação adequada e da soberania e segurança alimentar e nutricional;*
- *Incentivar que os Conseas e as Câmaras Interministeriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans) de todos os estados sejam espaços qualificados, representativos, legítimos e de pactuação intersetorial das decisões;*
- *Impulsionar o avanço da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nos municípios com representatividade, participação e legitimidade;*
- *Aprimorar o processo de representação entre diferentes vozes, setores e movimentos que expressam as mais variadas dimensões da agenda de SAN;*
- *Construir coletivamente, de forma articulada, conhecimentos e proposições que relacionem saber tradicional, popular, acadêmico com a prática, apontando caminhos para a superação de desafios em alimentação e nutrição.*





Panorama das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil

Michele Lessa*

O Brasil teve um avanço importante nas políticas públicas de alimentação e nutrição nas últimas décadas. A agenda Nutrição deixou de ser responsabilidade apenas do setor saúde e ganhou um status intersetorial após todo o esforço do governo federal para a redução da desnutrição e com a instituição de várias políticas que contribuem para a melhoria da nutrição da população, como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade, os avanços do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica e a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Aprendemos a fazer a gestão intersetorial das políticas de alimentação e nutrição por meio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e de outras instâncias formadas por vários ministérios, com reuniões regulares entre as áreas de Nutrição no governo federal e definição de responsabilidades, orçamento e metas para cada setor.

Além disso, o Estado Brasileiro institucionalizou a participação e controle social

por meio dos conselhos e conferências e a rede de pessoas que atuam na agenda de nutrição do Brasil conseguiram que o tema esteja cada vez mais presente nas pautas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República (Consea), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e outras instâncias de participação social tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal.

Sem dúvida, a transição demográfica, epidemiológica e nutricional ocorrida no País nas últimas décadas também demandou a atualização e expansão das políticas públicas de alimentação e nutrição. No Brasil, 74% das mortes são devido às doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer e outras) e o excesso de peso está relacionado com 26 tipos delas. Atualmente, 57% dos adultos estão com excesso de peso e 20,8% com obesidade. O Sistema Único de Saúde (SUS) gasta 0,5 bilhão por ano para o tratamento da obesidade.

No âmbito internacional, a Nutrição nas políticas públicas também está num patamar bem mais avançado. Um exemplo concreto disso foi o estabelecimento pelas Nações Unidas da Década de Ação pela Nutrição entre os anos de 2016 a 2025, com o objetivo de impulsionar os países a reduzir e alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2, que é voltado para a eliminação da múltipla carga da má nutrição no mundo. E o Brasil foi o primeiro país a se comprometer com metas concretas para a Década de Nutrição.

A expansão das políticas públicas ampliou a quantidade e a atuação dos nutricionistas nos diversos setores (saúde, educação, desenvolvimento social e outros). Como exemplo, o SUS tem atualmente 19,5 mil nutricionistas – 49% na atenção hospitalar, 32% na atenção básica, 14% nos ambulatórios e 5% em outros estabelecimentos de saúde. Mais de 80% dos núcleos de apoio à saúde da família possuem nutricionistas.

Por um lado, o espaço conquistado e a expertise adquirida dão orgulho aos nutricionistas do Brasil, mas, de outro, nos leva à responsabilidade de avançar na atuação em todas as etapas do sistema alimentar para facilitar que as pessoas consigam seguir as recomendações do guia alimentar brasileiro.

Só será possível controlar o avanço da obesidade se entendermos que esse problema não é culpa dos indivíduos, mas, sim, da falta de políticas públicas que os apoiem a adotar escolhas mais saudáveis. De acordo com a literatura internacional e a Organização Mundial de Saúde, as medidas mais efetivas para controlar a obesidade são as medidas regulatórias, em especial, a restrição da publicidade de alimentos com alto teor de açúcar e gordura para crianças, a sobretaxação de alimentos ultraprocessados, a redução do preço de alimentos in natura, a adequada rotulagem nutricional frontal e a criação de ambientes alimentares saudáveis, como a restrição da oferta de ultraprocessados no ambiente escolar e o estímulo às cantinas saudáveis.

Convido a categoria a defender as agendas regulatórias em prol da saúde pública da população. Sabemos que é possível chegar lá. Para isso, precisamos aprender com o sucesso de outras políticas brasileiras voltadas para a mudança de comportamento, como as de redução do tabagismo e de promoção do aleitamento materno, as quais envolveram um conjunto de ações de comunicação, regulação da publicidade, medidas fiscais, dentre outras.

Vamos em frente!

**Michele Lessa de Oliveira atua como coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. É nutricionista, doutora em Nutrição Social pela Universidade de Brasília (UnB), com estudo em Custos da Obesidade para o SUS. Mestre em Ciências da Saúde, na área de Epidemiologia, e especialista em Saúde Coletiva.*

Formação profissional e fiscalização em foco

No segundo semestre deste ano foi publicada portaria que dispõe sobre a criação do CRN-1 Jovem. As primeiras reuniões com estudantes de Nutrição de Goiás já aconteceram e na primeira semana de dezembro os estudantes nomeados no Mato Grosso tomarão posse.

Além disso, conselheiros do CRN-1 participaram das Semanas Estudantis de Nutrição de todas as IES do regional. Paralelamente, foram fortalecidas as ações dos Fóruns dos Conselhos Regionais da Área da Saúde - DF e GO, que visam proibir cursos 100% EaD nessa área. Em Goiás representantes do FCRAS se reuniram com os prefeitos de Goiânia e Anápolis e em Brasília com a Deputada Federal Érika Kokay para reforçar a votação do PL 5414/2016, que trata do assunto. Em parceria com o Conselho de Alimentação Escolar foram intensificadas todas as ações de fiscalização nas regionais de ensino do DF.

CRN-1: DF, GO, MT, TO
Sede: Brasília-DF



Múltiplos eventos

Duas datas comemorativas da Nutrição foram marcadas por múltiplos eventos, com ampla participação da categoria no segundo semestre. Em uma iniciativa inédita, o Dia do Nutricionista congregou profissionais e acadêmicos em Porto Alegre e em mais dez cidades do interior do Rio Grande do Sul. Os eventos foram promovidos e apoiados pelo CRN-2, em conjunto com Instituições de Ensino Superior e Associação Gaúcha de Nutrição (Agan). A Semana da Alimentação, uma grande ação promovida pelo CRN-2, ConseaRS, Emater/Ascar, governo do RS e Fesans, debateu a conscientização alimentar. Entre as diversas atividades organizadas em todo o Estado, o Regional realizou a quinta edição do *Seminário Temático do CRN-2: Comportamento Alimentar*. A Semana foi encerrada com a Praça de Segurança Alimentar e Nutricional, no Parque da Redenção, em Porto Alegre.

CRN-2: RS
Sede: Porto Alegre-RS



#SigaUmNutricionista

Criada para a população, a campanha digital #SigaUmNutricionista, que disponibiliza 1 vídeo por semana no YouTube, orienta e estimula o internauta a buscar informações com um nutricionista. Entre os seus objetivos está o de ampliar a presença do profissional no cenário digital. Nesse sentido, o CRN-3 reuniu um grupo de nutricionistas de várias áreas para falar sobre temas específicos, com uma linguagem clara e objetiva, sempre pautados em evidências científicas. Para que a campanha tenha a devida visibilidade na rede, o CRN-3 conta com a colaboração da categoria, curtindo e compartilhando os vídeos, e, ainda, inscrevendo-se no canal: [youtube.com/CRN3Regiao](https://www.youtube.com/CRN3Regiao). Valorização profissional é, entre outras, uma das metas da Gestão 2017-2020.

CRN-3: SP e MS
Sede: São Paulo-SP



Mais fiscais para todo RJ

No segundo semestre deste ano, o CRN-4 ampliou o quadro de nutricionistas fiscais. Agora, nove profissionais cobrem todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro. Com a equipe reforçada, foi possível fiscalizar a situação dos nutricionistas nos hospitais federais da cidade do Rio. Essa ação resultou em negociação junto ao Ministério da Saúde, que vai renovar o contrato de 104 nutricionistas temporários. O CRN-4 fez parceria com o Ministério Público do RJ em uma campanha de defesa de nutricionistas nas redes pública e privada escolar para garantir alimentação adequada e saudável aos alunos. No Rio e em Vitória (ES), o Dia do Nutricionista foi lembrado com a campanha "*Nutrição é ciência, não é opinião*" vinculada em *busdoor* em 60 linhas nas duas cidades.

CRN-4: RJ-ES
Sede: Rio de Janeiro-RJ



Prêmio confirmado para 16 de dezembro

No dia 16 de dezembro, na Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (Enufba), aconteceu a sexta edição do Prêmio Dr^a. Angeolina Rossi. O evento, promovido pelo Conselho Regional de Nutricionistas da 5ª Região, teve o objetivo de fomentar a produção científica entre estudantes de Nutrição e nutricionistas da Bahia e de Sergipe. Em 2017 foram enviados mais de 40 trabalhos para avaliação, sendo que os sete melhores foram premiados. [Confira os vencedores aqui.](#)

CRN-5: BA-SE
Sede: Salvador-BA

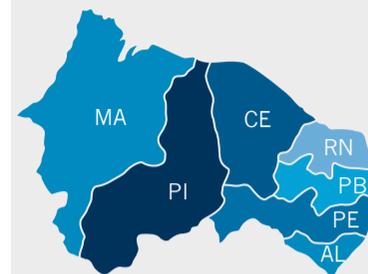




Atividade fim

A valorização da atividade finalística marcou o ano de 2017 do CRN-6. Focado em atender mais e melhor todos os profissionais da sua região e garantir proteção à sociedade, o Conselho expandiu sua atuação com a criação de duas novas representações, em Sobral (CE) e em Bacabal (MA). Além disso, o CRN-6 ampliou o quadro de nutricionistas fiscais com a contratação de novos profissionais, ações com foco na interiorização para a valorização profissional e atendimento, horário expandido das delegacias, com a chegada de novos assistentes administrativos, e organização interna das áreas técnicas, de habilitação e de fiscalização. Tudo para prestar serviços melhores para o profissional e a sociedade. O Conselho ainda inovou com a interiorização do *Ciclo de Palestras*, que, pela primeira vez, foi realizado também fora das capitais, levando conhecimento e valorização para profissionais do interior.

CRN-6: AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN
Sede: Recife-PE



Nutricionista nos municípios da jurisdição

A Gestão Nova Era, por meio da Comissão de Fiscalização, iniciou a execução do *Projeto: Inserção do nutricionista nos municípios da jurisdição do CRN-7*, com visitas aos secretários de Assistência Social, Educação e Saúde dos municípios. De maneira que essas ações tenham um grande significado para a inserção do nutricionista nas áreas ligadas à alimentação e Nutrição. Além de ação de cunho político, o projeto também desenvolverá ações de fiscalização e parceira com órgãos afins, como a Vigilância Sanitária dos municípios a serem visitados.

CRN-7: AC, AM, AP, PA, RO, RR
Sede: Belém-PA



Semana do Dia Mundial da Alimentação

Na semana do Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, os Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas da 8ª Região (CFN e CRN-8), representados pela vice-presidente do CFN, Albaneide Maria Lima Peixinho, e pela Presidente do CRN-8, Maria Emília Daudt von der Heyde, participaram da Semana Estadual de Nutrição e Alimentação, promovida pela Assembleia Legislativa do Paraná. O CRN-8 também esteve presente nas ações do Dia Mundial da Alimentação, no centro de Curitiba, uma iniciativa do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, da Prefeitura de Curitiba e de entidades de controle social. No dia 19 de outubro, o CRN-8 realizou uma edição especial do projeto *Entre, a casa é sua!* com a nutricionista Juliana Bertolin e os engenheiros agrônomos Marcos Andersen e Ari Frozza, para debater o tema proposto pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

CRN-8: PR
Sede: Curitiba-PR



Dia Mundial da Alimentação em Belo Horizonte

“Vamos levar uma muda de hortaliça para casa e ter uma alimentação mais saudável?” Essa foi a abordagem do CRN-9 durante a ação do Dia Mundial da Alimentação, realizada no dia 16 de outubro, na estação de metrô Lagoinha e no Restaurante Popular IV – Dom Mauro Bastos, no Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O CRN-9 distribuiu 1.500 mudas de hortaliças e temperos verdes para os usuários do metrô e do restaurante popular, além de orientar o público presente sobre as propriedades nutricionais das plantas. Essa ação contou com a parceria da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Prefeitura de Belo Horizonte.

CRN-9: MG
Sede: Belo Horizonte-MG



Atividades para a população

O CRN-10, em parceria com o SESC e Instituições de Ensino Superior (Univali, Unisul e Estácio de Sá), realizou no dia 28 de outubro, um evento alusivo ao Dia Mundial da Alimentação na Avenida Beira-mar Norte, em Florianópolis. Na oportunidade foi realizada avaliação antropométrica e orientações nutricionais para a população, com distribuição de barrinhas de cereais caseiras e suas receitas, bem como a orientação sobre a produção de saladas e molhos saudáveis de forma prática. Também foi apresentado o Guia Alimentar para População Brasileira, esclarecendo a diferença entre os alimentos in natura, processados e ultraprocessados. No local foi instalado um espaço infantil com material lúdico sobre alimentos saudáveis.

CRN-10: SC
Sede: Florianópolis-SC



Seminários regionais fortalecem a alimentação adequada e saudável



Atividades com alimentos regionais realizadas nos seminários.

O tema *Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (CI-PAA) - Fortalecendo ações para promoção da alimentação saudável*, em breve estará sintetizado em publicações para que o nutricionista conheça melhor o seu papel nessas políticas públicas. O conteúdo é resultado dos quinze [seminários regionais](#), realizados de 20 de outubro de 2016 a 24 de agosto de 2017, em parceria entre o Sistema CFN/CRN, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), com o apoio dos ministérios da Saúde e da Educação.

O material revela a importância da Educação Alimentar e Nutricional na atuação do nutricionista e como realizar as compras do Programa de Aquisição de Alimentos. Os seminários também apontaram os caminhos para a construção de agendas intersetoriais de promoção da alimentação adequada e saudável no contexto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Também participaram dos seminários representantes estaduais, municipais, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), gestores e profissionais das áreas de assistência social, desenvolvimento agrário, agricultura, educação e saúde, além de docentes e estudantes das universidades.

Uma importante meta dos seminários foi a sensibilização de um público de 1.630 profissionais sobre a importância da prática de EAN, na perspectiva do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas e modalidade CI-PAA em seus municípios, e na implementação de ações relacionadas ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), à promoção da saúde e à valorização da agricultura familiar.

PARTICIPE

Do maior congresso de Nutrição do Brasil!



CONBRAN2018

XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO
V SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO ESPORTIVA
IV SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO EM PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES
IV SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO CLÍNICA

“Comida: relações de afeto, tradições e direitos”

2018

18 a 21.abril
Centro de Convenções
Ulysses Guimarães
Brasília | DF

Confira a programação científica com palestrantes confirmados

Mais informações:

www.conbran.com.br



BAIXE O APLICATIVO
DO CONBRAN 2018

DISPONÍVEL NO
Google Play

Disponível na
App Store

Organizadores:

